MLEGATE

Independent member
Morison Global

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

BRASILEIRO DE HIPISMO
BRAZILIAN SPORT HORSE

MLEGATE

Independent member
Morison Global

São Paulo, 23 de junho de 2022.

Ao
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DO CAVALO DE HIPISMO - ABCCH
São Paulo- SP

Prezados Senhores

Pela presente, encaminhamos a V.Sas. as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021 da **Associação Brasileira de Criadores do Cavalo de Hipismo - ABCCH**, preparadas pela administração, acompanhadas do Relatório de Revisão do Auditor Independente.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional necessário, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP033482/O-3

Assinado de forma digital por VAGNER ALVES DE LIRA:04095762802
Dados: 2022.06.30 21:52:06 -03'00'

Vagner Alves de Lira
CT CRC Nº 1SP222941/O-8

MLEGATE

Independent member
Morison Global

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DO CAVALO DE HIPISMO - ABCCH

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Páginas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE 2

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial 4-5

Demonstração do Resultado do Exercício 6

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 8

Demonstração dos Fluxos de Caixa 9

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 10

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Associados e Administradores da
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DO CAVALO DE HIPISMO - ABCCH
São Paulo - SP

Revisamos o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 da **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DO CAVALO DE HIPISMO - ABCCH**, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com a NBC TG 1000 (R1) - "Contabilidade para pequenas e médias empresas", ITG 2002 (R1) – "Entidade sem fins lucrativos" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras e do resultado livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR INDEPENDENTE

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações financeiras (NBC TR 2400 – Revisão das demonstrações financeiras - e ISRE 2400 – Engagements to review financial statements). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações financeiras de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguração limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da sociedade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.

Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

CONCLUSÃO

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras não apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DO CAVALO DE HIPISMO - ABCCH** em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas e entidades sem fins lucrativos.

OUTROS ASSUNTOS

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas comparativamente, foram revisadas por outros auditores independentes que emitiram relatório conclusivo em 09 de abril de 2021 sem ressalvas.

São Paulo, 31 de maio de 2022.

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP033482/O-3

Assinado de forma digital por VAGNER ALVES DE LIRA:04095762802
Dados: 2022.06.30 21:52:39 -03'00'

Vagner Alves de Lira
CT CRC Nº 1SP222941/O-8

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DO CAVALO DE HIPISMO - ABCCH

Balanço Patrimonial Ativo
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

ATIVO	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	1.785.828	1.171.939
Adiantamentos		4.601	-
Outros Créditos		788	788
Total do Circulante		**1.791.217**	**1.172.727**
Não Circulante			
Outros Créditos		493	493
Imobilizado	4	19.852	9.193
Total do Não Circulante		**20.345**	**9.686**
Total do Ativo		**1.811.562**	**1.182.413**

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DO CAVALO DE HIPISMO - ABCCH

Balanço Patrimonial Passivo
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

PASSIVO	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	5	91.795	26.241
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	6	62.091	34.265
Obrigações Tributárias	7	22.380	778
Outras Contas a Pagar		29.521	25.068
Total do Circulante		**205.787**	**86.352**
Não Circulante			
Receitas Diferidas	8	-	360.804
Total do Não Circulante		**-**	**360.804**
Patrimônio Líquido	**9**		
Patrimônio Social		735.257	413.944
Superávit do Exercício		870.518	321.313
Total do Patrimônio Líquido		**1.605.775**	**735.257**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.811.562**	**1.182.413**

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DO CAVALO DE HIPISMO - ABCCH

Demonstração do Resultado para os Exercícios findos
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

	Nota	2021	2020
Receitas			
Contribuições Associativas	10	644.455	666.279
Eventos	10	1.586.524	1.258.916
Serviços	10	1.928.161	1.198.783
Outras Receitas	10	23.515	32.190
Receitas com Voluntariado	11	778.347	707.670
Total das Receitas		**4.961.002**	**3.863.838**
Despesas			
Gerais e Administrativas	12	(3.348.313)	(2.822.185)
Despesas com Voluntariado	11	(778.347)	(707.670)
Superávit Operacional		**834.342**	**333.983**
Financeiras líquida	13	36.176	(12.670)
Superávit do Exercício		**870.518**	**321.313**

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DO CAVALO DE HIPISMO - ABCCH

Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios findos
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

	2021	2020
Superávit do Exercício	**870.518**	**321.313**
Resultado Abrangente	-	-
Superávit após Resultado abrangente	**870.518**	**321.313**

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DO CAVALO DE HIPISMO - ABCCH

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

			Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**299.961**	**113.983**	**413.944**
Transferência para Patrimônio Social	113.983	(113.983)	-
Superávit do Exercício	-	321.313	321.313
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**413.944**	**321.313**	**735.257**
Transferência para Patrimônio Social	321.313	(321.313)	-
Superávit do Exercício	-	870.518	870.518
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**735.257**	**870.518**	**1.605.775**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DO CAVALO DE HIPISMO - ABCCH

Demonstração do Fluxo de Caixa para os Exercícios findos
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em reais)

	2021	2020
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit do Exercício	**870.518**	**321.313**
Ajustes para conciliar o Superávit com as disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	4.137	2.239
Superávit Ajustado	**874.655**	**323.552**
(Aumento) Redução das Contas do Ativo		
(Aumento) Redução dos Adiantamentos	(4.601)	-
(Aumento) Redução de Outros Créditos	-	6.553
Aumento (Redução) das Contas do Passivo		
Aumento (Redução) Fornecedores	65.554	(35.722)
Aumento (Redução) Obrigações Trabalhistas e previdenciárias	27.826	(20.984)
Aumento (Redução) Receitas Diferida	(360.804)	360.311
Aumento (Redução) Obrigações Tributárias	21.602	492
Aumento (Redução) das Outras Contas a Pagar	4.453	6.165
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	**628.685**	**640.367**
Das Atividades de Investimento		
Aquisições de Imobilizado	(14.796)	-
Caixa consumido nas atividades de investimento	**(14.796)**	**-**
Acréscimo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**613.889**	**640.367**
Demonstrado como segue:		
Caixa e Equivalente de Caixa		
No Início do Exercício	1.171.939	531.572
No Final do Exercício	1.785.828	1.171.939
Acréscimo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**613.889**	**640.367**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DO CAVALO DE HIPISMO - ABCCH

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021
(Em reais)

---

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Informações gerais

a.1) Objeto social

A Associação Brasileira de Criadores do Cavalo de Hipismo - ABCCH (a "Associação"), fundada em 29 de novembro de 1977, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos e tem por objetivos a realização dos trabalhos de registro genealógico do cavalo Brasileiro de Hipismo ("BH"), participação na divulgação e preservação da história da equideocultura no Brasil e repercussões dessas atividades nos campos econômicos, social, esportivo e de entretenimento, editando livros, revistas, vídeos, áudio vídeos, documentos em geral, participando e organizando eventos e outras atividades afins.

De acordo com o estatuto social, a Associação tem como principal objeto social:

- ✓ Defender, amparar, orientar, coligar e instruir seus associados;
- ✓ Organizar competições hípicas destinadas aos cavalos Brasileiros de Hipismo;
- ✓ Cuidar da seleção de animais destinados à reprodução que possam ingressar no País; e
- ✓ Proceder a estudos, realizar gestões, orientar e tomar todas as providências necessárias à viabilização da exportação e importação do cavalo Brasileiro de Hipismo.

a.2) Associados

Em 2021 a Associação encerrou o exercício com 382 associados ativos, nas seguintes categorias:

Fundadores: representa aqueles que assinaram a ata de fundação da associação e os que a ela se associaram até trinta dias após a sua constituição.

Efetivos: aqueles que possuírem, comprovadamente, pelo menos um animal registrado.

Beneméritos: aqueles que tiverem prestado relevantes serviços à associação ou ao desenvolvimento do cavalo brasileiro de hipismo no Brasil ou no exterior, após aprovação da Assembleia Geral, por proposta do Conselho Deliberativo;

Remidos: aqueles que já remidos anteriormente ou pelos associados que a qualquer tempo efetuarem o pagamento antecipado de 20 (vinte) ou mais anuidades.

Não possuidores: este grupo não terá direito a voto e nem a ser votado por 2 (dois) anos e a partir do terceiro ano deverão ter pelo menos um animal registrado no Stud Book Brasileiro do Cavalo de Hipismo - SBBCH para serem associados com direito a voto.

São isentos das anuidades os associados Fundadores, Beneméritos e Remidos, isenção esta que não engloba o pagamento dos emolumentos devidos pelos serviços prestados pela Associação.

Os títulos não são transmissíveis e qualquer associado que tiver cavalo registrado no SBBCH, ou outro órgão delegado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA para a raça, terá direito a voto após 1 (um) ano de sua inscrição, prazo este que terá início a partir da data da aprovação de seu nome pelo Conselho.

a.3) Eventos

A Associação realiza no mês de novembro de cada ano o Festival Nacional do Cavalo de Hipismo, cuja organização é de sua responsabilidade, em local apropriado definido pela administração, com receitas advindas de taxas de inscrições em provas hípicas e exposição, comissões de leilão, vendas de convites de jantar, cotas de patrocínio e comercialização de espaços na área do evento.

Outros eventos são realizados por terceiros no decorrer do ano e a Associação participa na divulgação da raça BH, através de premiações como troféus, medalhas, escarapelas, mantas, capas ou, eventualmente, com patrocínio e apoio, subsidiando alguma despesa previamente aprovada. Os animais previamente classificados nesses eventos participarão de uma prova especifica no Festival Nacional de Hipismo.

a.4) Registro genealógico do cavalo Brasileiro de Hipismo

A Associação promove a realização do Serviço de Registro Genealógico, concedido pelo competente órgão federal, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, para incremento do cavalo Brasileiro de Hipismo, cobrando emolumentos a título de contraprestação de serviço.

b) Administração da Associação

A Associação possui os seguintes órgãos de administração, cujos membros não são remunerados em relação ao exercício de suas atividades:

b.1) Assembleia Geral

Constituída por todos os associados que se encontram no inteiro gozo de seus direitos sociais, representando o órgão soberano da Associação. Tem como responsabilidade promover a eleição dos membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal e alterar o estatuto social. Reúne-se, ordinariamente, a cada quatro anos para eleger os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal.

b.2) Conselho Deliberativo

Constituído por 5 (cinco) membros efetivos e 3 (três) suplentes, com mandato de 4 anos, eleitos em Assembleia Geral Ordinária. O Conselho Deliberativo terá um presidente e um vice-presidente. Dentre outras atribuições, elege o seu presidente e vice-presidente; manifesta-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, aprovando ou não a prestação de contas apresentadas submetendo-as à Assembleia Geral, elege os associados beneméritos em conjunto com a Diretoria Administrativa, opina sobre a reforma do estatuto, referenda o valor das contribuições dos associados, dentre outros.

b.3) Diretoria Administrativa

Composta por um presidente, um diretor financeiro e diretores sem designação específica, todos com mandato de 4 anos. Reunir-se-á pelo menos uma vez por mês com competência de, principalmente, dirigir as atividades da Associação para a consecução de seus fins sociais.

b.4) Conselho Fiscal

Composto por três associados e três suplentes ao qual compete: (i) examinar e emitir parecer sobre os balancetes mensais apresentados pela Diretoria Administrativa; (ii) emitir parecer anual sobre as contas da Diretoria Administrativa e balanço geral da Associação; e (iii) acompanhar e fiscalizar todo o movimento econômico-financeiro da ABCCH e sugerir medidas de ordem técnica.

b.5) Conselho Deliberativo Técnico

Composto por, no mínimo, cinco participantes (associados ou não), o qual possui regulamentação específica constante no regulamento do Stud Book, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

c) Aprovação das demonstrações financeiras

A conclusão das demonstrações financeiras da Associação foi autorizada pela administração em 31/04/2022 para submeter ao Conselho Deliberativo.

d) Aspectos tributários e previdenciários

Em atendimentos a ITG 2002 (R1) de 02 de setembro de 2016 do Conselho Federal de Contabilidade, por ser a Associação sem fins lucrativos e isentas de impostos de acordo com a legislação vigente, descrevemos os seguintes tributos neste exercício objeto da isenção: Imposto de Renda Pessoa Jurídica; Contribuição Social sobre Lucro Líquido; PIS e COFINS sobre Contribuições.

A Associação está sujeita ao pagamento de contribuições ao:

Programa de Integração Social (PIS) - pagamento de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos; e

Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) - pagamento das contribuições devidas sobre a folha de pagamento de salários.

2. ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil aplicável para Pequenas e Médias Empresas - CPC para PME's – NBCTG 1000 (R1), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros ITG 2002 (R1). As principais políticas contábeis foram aplicadas nessas demonstrações financeiras e consistentes em todos os exercícios, salvo disposição em contrário.

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidades sem fins lucrativos.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

c. **Uso de estimativas e julgamentos**

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Entidade incluem, portanto, estimativas referentes à avaliação de ativos financeiros a valor justo, análise do risco de crédito na determinação da provisão para devedores duvidosos, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às referidas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.2. Ativos financeiros

Classificação: A Associação classifica seus ativos financeiros sob a categoria de custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles que não tenham direito contratualmente exercível de ser recebido em prazo inferior a 12 meses após a data do balanço.

Reconhecimento, desreconhecimento e mensuração: No reconhecimento inicial, a Associação mensura seus ativos financeiros ao valor justo, acrescido dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro e subsequentemente são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.3. Imobilizado

Reconhecidos ao custo histórico de aquisição, menos o valor da depreciação acumulada e/ou eventual perda não recuperável. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, durante a vida útil.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outras receitas, líquidas", na demonstração do resultado.

2.4. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - impairment

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.5. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano ou no passivo não circulante, se superior.

2.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. O aumento da obrigação é reconhecido no resultado do exercício, como despesas operacionais.

2.7. Outros Ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.8. Reconhecimento de receita e apuração do superávit ou déficit

Representadas por:

- Contribuição de associado, cuja cobrança de cada associado é realizada com base num valor fixado e reconhecida com base no recebimento, uma vez que é voluntária;

As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, quais sejam:

- Serviços prestados, intermediados ou por ela administrados;
- Parcerias, convênios e contratos firmados com entidades diversas para a realização de projetos nas suas áreas de atuação.

2.9. Subvenções e assistências governamentais

Os valores recebidos e empregados originados de contratos / convênios com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e Lei de incentivo Fiscal do Governo Federal, são registrados da seguinte forma:

(i) **No recebimento dos recursos**: quando da ocorrência do recebimento de recursos é reconhecido o débito em conta de disponibilidades referente a Recursos de projetos em contrapartida o crédito no passivo em conta de Receita diferida – nota 8;

(ii) **Na aplicação**: quando da ocorrência dos desembolsos, ou contas a pagar, aplicado ao evento fim (baixa de bancos ou registro de passivo), serão reconhecidas as despesas inerentes no resultado do exercício e, simultaneamente pelo mesmo valor, a será reconhecida a receita respectiva a débito de Receita diferida em contrapartida ao resultado, ou seja, a crédito de receita do exercício referente ao evento.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2.021	2.020
Caixa	1.691	667
Bancos:	24.906	10
Aplicações Financeiras:	1.759.231	1.171.262
Total	**1.785.828**	**1.171.939**

As aplicações financeiras são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de forma *pro rata,* quando aplicável, e líquidos dos tributos incidentes sobre esses rendimentos.

4. IMOBILIZADO

				2021	2020
COMPOSIÇÃO	**Taxas de deprec.**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Custo líquido**	**Custo líquido**
Equipamentos de informática	20%	51.016	(36.484)	14.532	2.676
Máquinas e equipamentos	10%	25.079	(22.170)	2.909	3.323
Móveis e utensílios	10%	14.790	(12.379)	2.411	3.194
Total		**90.885**	**(71.033)**	**19.852**	**9.193**

MOVIMENTAÇÃO	**2020**	**Adições**	**Baixas**	**2021**
Equipamentos de informática	36.220	14.796	-	51.016
Máquinas e equipamentos	25.079	-	-	25.079
Móveis e utensílios	14.790	-	-	14.790
	76.089	**14.796**	-	**90.885**
Depreciação acumulada	**(66.896)**	**(4.137)**	-	**(71.033)**
Total	**9.193**	**10.659**	**-**	**19.852**

5. FORNECEDORES

Correspondem a saldos a pagar relacionados as atividades normais da associação e despesas incorridas na estrutura do Festival Nacional do Cavalo de Hipismo, realizado em novembro de cada exercício. Essas obrigações têm o prazo médio de vencimento de 30 dias.

6. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	2.021	2.020
Férias e encargos a pagar **(a)**	46.416	22.280
FGTS a recolher	2.961	-
INSS a recolher	9.327	8.853
IRRF sobre folha recolher	2.670	2.706
PIS sobre folha a recolher	370	386
PIS sobre férias	347	40
	62.091	**34.265**

(a) Em 2020, o saldo foi expressivamente menor devido a antecipações de férias concedidas, e permitidas, em função da legislação especial relativo a pandemia do Covid-19.

7. TRIBUTOS A RECOLHER

	2.021	2.020
ISS retido a recolher	16	16
IRRF retido a recolher	21.410	267
PIS/COFINS/CSLL retido a recolher	954	495
	22.380	**778**

8. RECEITAS DIFERIDAS (Lei de incentivos ao esporte)

Correspondem a recursos financeiros recebidos de convênios firmados com determinadas entidades governamentais, oriundos de patrocínios direcionados a eventos esportivos. Estão assim representados:

	2.021	2.020
LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE FEDERAL **(a)**	-	357.000
LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE ESTADUAL **(b)**	-	3.804
	-	**360.804**

Os valores são mantidos em aplicação financeira e são restritos para aplicação nos projetos amparados pela Lei de Incentivo ao Esporte, devendo ser devolvido valores não utilizados.

(a) Correspondem a recursos recebidos nos termos da Lei de Incentivo ao Esporte (Lei n° 11.438/2006), que permite que empresas e pessoas físicas invistam parte do que pagariam de Imposto de Renda em projetos esportivos aprovados pela Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania. As empresas podem investir até 1% desse valor e as pessoas físicas até 6% do imposto devido. Em 2021 foi reconhecido no resultado em virtude da realização do **16º Festival Nacional do Cavalo BH**.

(b) Correspondem a recursos recebidos nos termos Lei n° 13.918 de 22 de dezembro de 2009, do Governo do Estado de São Paulo, que autoriza a concessão de crédito outorgado correspondente ao valor do ICMS destinado pelos respectivos contribuintes a projetos desportivos credenciados pela Secretaria Estadual, Lazer e Turismo de São Paulo. O saldo remanescente de 2020 foi reconhecido no resultado em janeiro de 2021.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Patrimônio social

Compreende o patrimônio social inicial, acrescido de superávits e reduzido por déficits dos exercícios ao longo da existência da Associação. O resultado do exercício (superávit ou déficit) é transferido para a conta Patrimônio social após aprovação pela Assembleia.

10. RECEITAS

	2.021	2.020
CONTRIBUIÇÕES ASSOCIATIVAS	644.455	666.279
EVENTOS:		
Festival Nacional BH	1.229.524	1.127.432
Lei de incentivo ao esporte federal	357.000	131.484
SERVIÇOS:		
Transferências de proprietários	410.774	294.240
Registro genealógico	825.513	514.471
Receitas com publicidade	463.796	205.728
Registros	131.520	112.920
Teste de DNA	96.558	71.424
OUTRAS RECEITAS	23.515	32.190
	4.182.655	**3.156.168**

11. TRABALHOS VOLUNTÁRIOS

O trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço recebido pela Associação de acordo com a Resolução CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012, que aprovou a NBC ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

A Associação mensurou os trabalhos voluntários recebidos com base numa estimativa dos valores praticados pelo mercado nos correspondentes serviços recebidos, conforme demonstrado abaixo:

Categoria	Reuniões no ano	Nº de participantes	Horas em reuniões por evento ou mês	Horas em atividade no ano	Valores em R$
Diretoria administrativa	30	13	104	3.120	653.289
Conselho Deliberativo Técnico	12	9	72	864	91.276
Conselho Deliberativo	2	14	112	224	23.730
Conselho fiscal	2	6	48	96	10.142
Total	**46**	**42**	**336**	**4.304**	**778.437**

12. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	2.021	2.020
Festival Nacional BH	(1.373.444)	(485.845)
Despesas com Pessoal	(580.743)	(516.605)
Despesas Tributárias	(23.508)	(24.725)
Serviços de Terceiros PJ	(453.283)	(702.422)
Serviços de Terceiros PF	(138.885)	(164.321)
Despesas com Aluguel	(342.194)	(238.473)
Despesas com Informática e Internet	(108.551)	(80.638)
Patrocínio de Feiras e Eventos	(48.360)	(62.265)
Exames de DNA	(67.240)	(56.665)
Outras Despesas	(212.105)	(490.226)
	(3.348.313)	**(2.822.185)**

13. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2.021	2.020
RECEITAS FINANCEIRAS		
Ganho real aplicações renda fixa	74.834	13.494
Juros recebidos	5.612	3.238
	80.446	**16.732**
DESPESAS FINANCEIRAS		
Despesas tarifas bancárias	(28.812)	(26.471)
Multas e juros	(12)	(257)
IOF	(145)	(21)
IRRF sobre aplicações financeiras	(15.301)	(2.653)
	(44.270)	**(29.402)**
TOTAL	**36.176**	**(12.670)**

14. PARTES RELACIONADAS

A Associação não distribui resultados, lucros, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus associados, e todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades. Conforme descrito na Nota 1(b), a administração da Associação está a cargo de um Conselho Deliberativo e de uma Diretoria Administrativa.

Os membros dos órgãos acima referidos não recebem direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos honorários prestados.

Remuneração do pessoal chave da administração

Devido à previsão estatutária e a natureza jurídica da Associação, o pessoal chave da administração não recebe qualquer remuneração pelos serviços prestados nas mencionadas funções; entretanto, atendendo as práticas contábeis vigentes, uma estimativa de valor aplicável é demonstrada na Nota 11.

15. COBERTURA DE SEGUROS

A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos nos montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não faz parte da revisão das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

16. DEMANDAS JUDICIAIS

A Administração da Associação efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos em processos cíveis, trabalhistas e tributários que surgem no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, incluindo a opinião dos assessores jurídicos externos da Associação e avaliação da Administração.

A Administração deve constituir provisão para demandas judiciais, para as quais é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

De acordo com a opinião dos consultores jurídicos, em 31 de dezembro de 2021, não havia processos em andamento com expectativa de perda prováveis e possíveis.

17. COMPROMISSOS

No encerramento do exercício de 2021, a Entidade não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras.

18. EVENTO SUBSEQUENTE

A Associação apresentou, tempestivamente, a prestação de contas final ao Ministério da Cidadania – Secretaria Especial de Esportes, com protocolo digital nº 235874.0253517/2022 referente ao Projeto do XVI Festival Nacional do Cavalo Brasileiro de Hipismo, realizado em novembro de 2021, o qual, até a data de conclusão dessas demonstrações financeiras, ainda está em análise pelo órgão.

****